



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT

Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

Licença de Operação

LO Nº: 315868/2017

VÁLIDA ATÉ: 19/10/2020

PROCESSO Nº: 80986/2006

DATA DE PROTOCOLO: 02/05/2006

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 38 de 21 de Novembro de 1.995 e alterada pela Lei Complementar nº 232 de 21 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.

DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO

PEDREIRA TANGARA LTDA

ATIVIDADE LICENCIADA:

EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE ROCHA BASALTICA.

LOCALIZAÇÃO:

ESTRADA DAS PALMEIRAS, KM 3,6 - SÍTIO QUEIMA PÉ - GLEBA AURORA
Coordenadas geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 57:31:23,70 - S:
14:39:08,80

MUNICÍPIO:

Tangará da Serra/MT

CEP:

78.300-000

NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO

PEDREIRA TANGARÁ LTDA

CNPJ/CPF: 15.004.963/0001-30

ATIVIDADE PRINCIPAL:

Extração de basalto e beneficiamento associado

RESTRIÇÕES:

RESTRIÇÕESAs contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em vigor. "É obrigatória a Manutenção do Parecer Técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja." **ESTA LICENÇA DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DO TÍTULO AUTORIZATIVO EXPEDIDO PELO DNPM.**

DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA:

- Conforme Parecer Técnico nº: 112032 / CMIN / SUIMIS / 2017
- Esta Licença de Operação refere-se às áreas requeridas junto ao DNPM sob os processos Nº 866.239/89

LOCAL E DATA

Cuiabá - MT

20/10/2017

Coordenador de Mineração

Sheila K. de Sousa

**Superintendência de Infraestrutura, Mineração,
Indústria e Serviços**

JERONIMO COUTO CAMPOS

Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização

Parecer Técnico RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO.	
PT Nº: 112032 / CMIN / SUIMIS / 2017	Processo Nº: 80986/2006 Data do Protocolo: 02/05/2006

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO**Interessado**

- **Nome / Razão Social:** PEDREIRA TANGARÁ LTDA
- **CPF/CNPJ:** 15.004.963/0001-30
- **Endereço:** AV. LIONS INTERNACIONAL, 220 W, CAIXA POSTAL 70 - CEP: 78.300-000
- **Município:** Tangará da Serra - MT

Propriedade/Obra ou Empreendimento:

- **Denominação:** PEDREIRA TANGARA LTDA
- **Localização:** ESTRADA DAS PALMEIRAS, KM 3,6 - SÍTIO QUEIMA PÉ - GLEBA AURORA - CEP: 78.300-000
- **Município:** Tangará da Serra - MT
- **Coordenada Geográfica:** DATUM: SIRGAS2000 - W: 57:31:23,70 - S: 14:39:08,80
- **Processo DNPM nº:** 866.239/89

Responsável Técnico:

- **Nome / Razão Social:** VALDENICE FERREIRA DA SILVA
- **Formação:** Geólogos e Geofísicos - CREA : 11.555-D

Atividades Licenciadas:

- C1410-9/99 - Extração e/ou britamento de pedras e de outros materiais para construção não especificados anteriormente e seu beneficiamento associado

Não foi associado roteiro a este processo.

ANÁLISE TÉCNICA**1 – Histórico.**

Esta análise fundamenta-se no documento de nº 21032/2016 protocolado em 15/01/2016 solicitando renovação da Licença de Operação, para atividade de extração e beneficiamento de basáltica em nome da empresa PEDREIRA TANGARÁ LTDA, situada no município de Tangará da Serra/MT- refere-se ao Processo de Licenciamento Ambiental nº 80986/2006.

Conferência Documental:

- ✓ Anteprojeto de Controle Ambiental;
- ✓ Plano de Controle Ambiental;

- ✓ Plano de Recuperação de Áreas Degradadas;
- ✓ Relatório fotográfico;
- ✓ Demonstrativo de quitação da Guia de recolhimento, das taxas referente a renovação a licença de Operação;
- ✓ ART do responsável técnico pelo projeto ambiental (Geólogo);
- ✓ Autorização do Proprietário do solo;
- ✓ Declaração de Propriedade do solo;
- ✓ Procuração do interessado em nome da Sr Domingas Rosa da Silva-Geóloga.
- ✓ Publicação em Diário oficial e Periódico local;
- ✓ Cópia do Contrato Social da empresa;
- ✓ Protocolo do Requerimento padrão do Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Documentos emitidos:

- ✓ Parecer Técnico nº032/DMIN/CMCA/TEC/96, em 25.11.1996
- ✓ Parecer Técnico nº032/DMIN/CMCA/TEC/96, em 05/03/1997;
- ✓ Licença Prévia nº008/97 em 05.03.1997.
- ✓ Notificação nº5658, em 02.07.1998
- ✓ Auto de Inspeção nº3142. Em 11.05.98
- ✓ Auto de Inspeção nº4124.em 10.08.98
- ✓ Parecer Técnico nº074/DMIN/CMCA/TEC/98 em 02.09.98
- ✓ Licença de Instalação emitida em 18/09/1998 sob o nº106/98 com validade de 12 meses.
- ✓ Licença de Instalação nº073/1999.
- ✓ Auto de Inspeção nº11989/1999.em 01/06/1999

✓ Parecer Técnico nº083/DMIN/CMCA/TEC/99, em 13.10.1999 bem como a Licença de Operação nº1052/99.

✓ Parecer Técnico nº126/DMIN/CMCA/00,

✓ Licença de Operação nº889/00,

✓ Auto de Inspeção nº23700/2001) e notificada (nº22882/2001).

✓ Parecer Técnico nº001/COMIN/TEC/2002, bem como a Licença de Operação nº001/2002 com validade até 27/10/2002.

✓ Parecer Técnico nº110/COMIN/DIMI/2002,

✓ Licença de Operação nº1684/2002, com validade até 18/10/2003.

✓ Auto de Inspeção nº51527/2003),

✓ Parecer Técnico nº115/COMIN/DIMI/2003, bem como a

✓ Licença de Operação nº517/2003, com validade até 18/09/2004.

✓ Auto de Inspeção nº56473 e 59561 e Parecer Técnico nº013/COMIN/DIMI/2005, foi emitida em 14/02/2005

✓ Licença de Operação nº142/2005, com validade até 14/02/2006.

✓ Auto de Inspeção nº0727/2006,

✓ Parecer Técnico nº86/CM/SUIMIS/SEMA/06

✓ Licença de Operação do empreendimento, a qual foi emitida em 16/05/2006 sob o nº595/2006 com validade até 16/05/2007.

Auto de Inspeção nº107532/2007

✓ Parecer Técnico nº7403/CM/SUIMIS/2007.

✓ Licença de Operação nº2785/2007 com validade até 04/07/2009.

✓ Auto de Inspeção nº117026/2009 e posteriormente foi emitido o

✓ Parecer Técnico nº30579/CM/SUIMIS/2010, bem como

✓ Licença de Operação nº298740/2010 com validade até 03/01/2013.

✓ Parecer Técnico Complementar nº64213/CM/SUIMIS/2012,

✓ Licença de Operação retificada nº304830/2012 com validade até 03/01/2013.

✓ Auto de Inspeção nº154108/2013.

2 - Concepção / Análise para Renovação da L.O.

Refere-se a uma atividade mineraria de extração de rocha basáltica para produção de brita, com área requerida junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) sob o Processo nº866.239/1989, em regime de Concessão de Lavra, com Portaria de Lavra nº433 de 27/12/1994, em conformidade com o Decreto-Lei nº227 de 28/02/1967 (Código de Mineração); e também pela Legislação Ambiental, conforme Lei Complementar nº38, de 21/11/1995, substituída pela Lei Complementar nº232 de 21/12/2005 – Código Ambiental do Estado de Mato Grosso, resolução CONSEMA nº013 de 27/08/2003.

O empreendimento localiza-se na zona rural, estrada das Palmeiras, Sítio Queima -pé, Gleba Aurora, Município de Tangará da Serra, com área de lavra situada no entorno da coordenada geográfica de Lat.:14°39'08,80"S e Long.:57°31'23,70"W., com Portaria de Lavra nº433 de 27/12/1994, em nome da empresa PEDREIRA TANGARÁ LTDA.

Vale ressaltar que empresa **PEDREIRA TANGARÁ LTDA**, é detentora também do requerimento mineral de processo **DNPM, nº 866421/2012** com Autorização de Registro de Licença nº 0042/2012 em uma área de 17, 45 há, por meio do **PROCESSO SEMA/354131/2012**

A empresa possui também Licença de Operação Pesquisa Mineral nº312630/2016 válida até 01/04/2019; com Título de Autorização de Pesquisa Mineral nº5632, bem como **PROCESSO DNPM nº866083/2009** e **PROCESSO SEMA n °300773/2007**.

A atividade é desenvolvida com o método de lavra a céu aberto em bancadas descendentes

Os equipamentos utilizados na lavra do minério constam de pá-carregadeira, escavadeira hidráulica, compressor de ar, perfuratriz e caminhão basculante para o transporte até a planta de beneficiamento:

O minério de interesse é o basalto e destina-se a produção de brita a ser utilizada na construção civil.

Localmente ocorre em afloramentos localizados principalmente ao longo da drenagem principal (Córrego Queima-pé).

A rocha apresenta-se bastante fraturada (diaclasses) com capeamento solo/saprolito entre 0,3 a 1,5 metros.

O material estéril na frente de lavra é de pequena proporção e não ultrapassa em

média 0,5 m. Existe apenas uma frente de lavra com dimensões aproximadas de: 800 (oitocentos) metros de comprimento, 80 (oitenta) metros de largura, com uma bancada de 13(treze) metros de altura.

Em vistoria pode-se constatar que a atividade opera na mesma frente de lavra e a indústria permanece sem ampliações até a data presente.

A frente de lavra encontra-se localizada a cerca de 65 (sessenta e cinco) metros da margem direita do córrego Queima Pé e este apresenta vegetação nativa preservada.

O transporte é feito em caminhões basculantes até a planta de beneficiamento.

A planta de beneficiamento é composta por: 01 (um) alimentador vibratório 120x40; 01 (um) britador primário 120x90, 01 (um) rebritador giroscópico 489; 01(um) rebritador giroscópico 36-S; 01 (um) rebritador de impacto VSI-65; 01 (uma) peneira classificatória 500x200; 01 (uma) peneira classificatória 5x16 de 3TB; 01 (uma) peneira classificatória 250-faço e 20 (vinte) correias transportadoras.

Destaca-se além da drenagem córrego queima pé, pequenos afluentes quase todos intermitentes, destacando-se pela margem direita os córregos Cristalinos e Figueira, situados ao norte e fora da área.

O córrego Queima-pé é perene, possuindo água limpa e drena para o Rio Sepotuba que por sua vez é um dos integrantes que formam a Bacia do Paraguai.

Pode-se destacar os seguinte impactos : impacto visual; contaminação das águas das drenagens com óleos e graxas usados nos motores de máquinas e caminhões; ruídos e vibrações, afugentamento da fauna local; geração de lixo doméstico; geração de sucatas, geração de poluição atmosférica e gases provenientes dos motores de máquinas e equipamentos; acúmulo de material estéril; supressão da vegetação nas áreas de avanço da lavra; formação de processos erosivos; alteração da camada de solo superficial e geração de material estéril.

As principais medidas de controle ambiental que estão sendo adotadas pela empresa foram definidas como: controle de ruídos através de escapamentos dos motores diesel em boas condições de uso; controle de partículas sólidas em suspensão com o uso de aspersores nos pontos de geração de pó; sistemas de exaustores que suga as partículas sólidas em suspensão para um ambiente fechado e coberto; controle de processos erosivos; disposição de efluentes sanitários em fossas sépticas; sistema adequado de disposição de resíduos sólidos tais como: estéril da operação de decapeamento, Lixo Industrial, destino de óleos e graxas; estoque da camada superficial do solo; nivelamento topográfico; escavações regulares para fins de reabilitação futura; proibição à caça; as sucatas estão sendo armazenada em um único local, próxima a oficina mecânica; o lixo doméstico é selecionado e transportado para o aterro sanitário de Tangará da Serra; a camada superficial do solo está sendo estocada para uso futuro, os rejeitos gerados no processo de beneficiamento do minério e material estéril estão sendo utilizados para o nivelamento topográfico, manutenção de vias de acessos e pátios internos, bem como, na recuperação de áreas degradadas pela atividade; foi construído um sistema de controle ambiental para os tanques de combustível que abastece os caminhões e máquinas da empresa de acordo com as normas estabelecidas pela SEMA.

4 – Condicionantes:

- ✓ Apresentar cara-Imagem em escala de 1:10.000, ou mais adequada, delimitando a poligonal das áreas de lavra requerida junto ao DNPM, o perímetro do imóvel rural, delimitações espaciais das APP e ARL, área da planta de beneficiamento, área de depósito, distância de unidades de conservação e Terra Indígena MT, e demais áreas que possam ser alteradas, drenagens existentes e outros aspectos relevantes;
- ✓ Apresentar relatório ambiental de acompanhamento da atividade;
- ✓ Não desenvolver a atividade de extração de rocha basáltica em áreas de preservação ou Reserva Legal da propriedade;
- ✓ Dar destino correto ao óleo lubrificante usado e ao material contaminado de acordo com a Resolução CONAMA 362/2005;
- ✓ As sucatas devem ser recolhidas nos diversos setores do empreendimento e armazenadas em local apropriado, afastado de áreas úmidas;
- ✓ Tratar os resíduos inertes de acordo com a NBR 10.004/04 da ABNT;
- ✓ Implantar todas as medidas de Controle ambiental para o funcionamento do empreendimento;
- ✓ Sinalizar a área do empreendimento com uma placa contendo: Processo SEMA; Nº da Licença de Operação; Vigência da Licença e Responsável Técnico;
- ✓ Não operar o empreendimento sem o **TÍTULO AUTORIZATIVO EXPEDIDO PELO DNPM**;

Obs.: Lembrando que para a próxima renovação da LO todas as condicionantes deverão estar atendidas.

5 – Conclusão:

Após análise do processo, bem como vistoria técnica, opinamos pelo deferimento da emissão da Licença de Operação ao interessado.

Lembramos que o não cumprimento das condicionantes supracitadas e as normas ambientais poderão acarretar punições previstas na Lei Complementar nº38 de 21/11/95, com alterações da Lei Complementar nº232 de 21/12/05.

A concessão da licença não exige o empreendimento de eventuais vistorias e exigências a qualquer tempo.

Este é o nosso Parecer.

Cuiabá - MT, 20 de outubro de 2017


MSc. Sheila Klenner
Coordenadora de Licenciamento
GSE/MS/SEMA
CONFEA/CREA 1210452740


Sander Fernandes
Analista Meio Ambiente
Geólogo - CREA 6581/D
Matricula: 52754 - SEMA-MT